



Fala Egbé

Informativo dirigido às Comunidades de Terreiros de Candomblé • nº 29 • ano XII • Abril de 2014

ESTADO LAICO E FIM DO RACISMO AMBIENTAL



Lagoa do Pneu - Salvador

O ano de 2014 iniciou com uma disputa acirrada no mundo político, com muitas forças reaparecendo no cenário brasileiro, com um olhar nos seus interesses e outro nas eleições.

O que é que os povos de terreiro, com suas comunidades afro-brasileiras e as diversas juventudes têm a ver com isso?

Pode-se responder essa pergunta por diversos ângulos, todos legítimos, como a necessidade de eleger gente comprometida com as causas, a continuidade das causas de direito a vida na cidade, a resistência aos despejos e deslocamentos... Mas, fiquemos com a importância de compartilhar com toda a sociedade a negação categórica de todas as intolerâncias e de lembrar a vergonha da existência do racismo ambiental.

Afirmar a liberdade religiosa como uma necessidade humana, um direito, é da própria existência do Candomblé, que só pode se inventar e se recriar no Brasil por que assumiu o aprendizado com a diferença: com o convívio com os indígenas, entre diferentes origens africanas e caboclas. Sabe-se da relutância da sociedade brasileira, no dia a dia, para admitir que do povo negro venha algo de bom, e esse racismo alimenta a intolerância contra religiosidades que

vieram dos negros. Infelizmente ainda são muitos casos e KOINONIA continua a lutar contra esse tipo de câncer no corpo da sociedade.

O *racismo ambiental* tem a origem nesse comportamento de negação do outro, que é bem notório no caso dos negros e das religiosidades que criaram. Mas o que é o racismo ambiental? Em curtas palavras é uma sociedade (grupos, famílias e pessoas) e suas instituições (o Governo, por exemplo) rejeitarem tanto outro grupo social que não permitem a sua vida em seu meio, de forma saudável e plena de bem estar.

Quando para as diferentes formas de intolerância se acrescenta o racismo ambiental as populações precisam da proteção, como diz a Constituição, do Estado (Governadores, Legisladores e Juizes). Isso é fundamental. E não se pode imaginar que os próprios órgãos do Estado promovam intolerâncias. Assim, as Comunidades dos Terreiros devem defender que o Estado não tenha religião, que seja Laico. Isso quer dizer que o Brasil precisa exercer o que está na Constituição, ou seja, o Estado não é contra nenhuma nem a favor de uma religião e cumpre o papel de defender a liberdade a to-

das as pessoas e ao exercício de todas as religiões – **se alguma religião se apropria do Estado e exclui alguma outra é um crime**, social público e poderia vir a ser ambiental.

As juventudes querem educação, saúde, trabalho, lazer, liberdade, segurança e bem estar. Toda a gente quer esses direitos, mas especialmente, devido à sombra do silêncio e da morte que paira sobre a periferia das cidades, KOINONIA procura apoiar e constituir grupos de jovens que possam lutar contra o racismo ambiental e a favor de todas as liberdades. E sempre que possível buscar recursos disponíveis ao público para maior inserção das juventudes – inclusive no mundo do trabalho – como é o caso recente do patrocínio da Petrobrás.

A história não começa em cada ano eleitoral, mas os embates aparecem nesses anos, ainda mais com Copa do Mundo mostrando nossa cara internacionalmente. Assim muitas alianças são necessárias e muitas causas devem ser reafirmadas. E como não querer uma aliança que afirme o Estado Laico e recuse e elimine o Racismo Ambiental.

KOINONIA em sua presença ecumênica e serviço quer seguir apoiando a aliança entre Juventudes e Terreiros, entre religiosas e religiosos e Juventudes contra todas as formas de intolerância pela liberdade e pelo bem comum para todas e todos no Brasil.

pág. 2

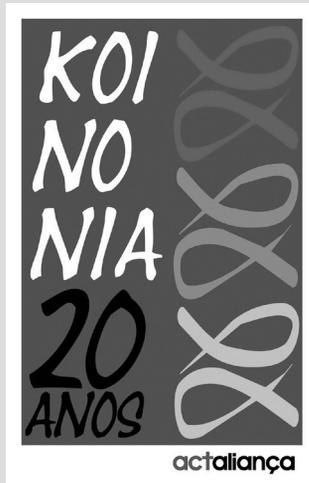
ACÇÕES DE KOINONIA

pág. 4

RACISMO AMBIENTAL

pág. 6

21 DE JANEIRO



Ver o brilho nos olhos de quem se sente mais digno. Isso dá sentido ao que chamamos de KOINONIA. Estamos juntos com gentes rurais e urbanas, negros, jovens, mulheres, homens, re-

ligiosas, portadoras de HIV... em tantas parcerias ecumênicas, com movimentos sociais, nacionais e internacionais.

Ver o desabrochar de uma liderança. Antes era participante de um curso, de uma oficina de saberes, depois uma enfática defensora pública de seus direitos. Isso aumenta a coragem de superar limites lado a lado, de ensinar aprendendo e de se unir a vezes pelo sonho de igualdade e de exercício pleno de todos os direitos humanos, civis, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Assim, KOINONIA faz 20 anos em aliança com um futuro melhor para a vida cotidiana de quem sofre os impactos da desigualdade e da ganância sem limite que não respeita as vidas humanas

e a sobrevivência de todo o Planeta.

Comunicar, defender causas e refletir fez e faz a instituição somar anos à sua vida e acrescentar vivências a muita gente solidária.

Comemorar 20 anos não é pouco. Mas celebrar o tempo não é tanto quanto festejar as marcas positivas que deixamos nos encontros, nos recantos rurais, nas ruas... As novas ruas que voltam a gritar contra toda intolerância e preconceito, pelas liberdades laicas e o direito à paz e à diversidade.

Em 1994 nasceu e se espalhou. Em 2014 são 20 vezes mais Amor, se lançando sem medo ao devir, agora KOINONIA+20.

Ações em Salvador

Atendimento ao Instituto Teológico da Bahia (ITEBA) para iniciar acompanhamento de Execução Fiscal, na 4ª vara da Fazenda Pública, processo nº 0017547-55.2011.8.05.0001, com o objetivo de garantir a Imunidade Tributária do IPTU da Instituição.

Acompanhamento processual da Associação Beneficente de Manutenção e Defesa do Terreiro Manso Dandalunga Cocuazenza, da Ação de Usucapião.

Acompanhamento processual ao Terreiro Ilé Axe Oya Bagan Baba Alaefurun no Procedimento criminal nº 0002140-91.2012.8.05.0124. Já foi requerida Assistência de Acusação ao Ministério Público e o processo está em fase de recurso para o réu. O acompanhamento junto ao Tribunal de Justiça da Bahia está em curso. Além disso, será elaborado um documento para que a Yalorixá faça doação do terreno para a Associação instalada no local a fim de resguardar o terreiro.

Acompanhamento processual Terreiro Ilé Axé Odé Silé Mean

0373702-06.2012.8.05.0001, na 4ª vara de relações de consumo, cíveis e comerciais, com o objetivo de retirar o terreiro do seu local.

Acompanhamento processual ao Terreiro Unzo Sasaganzua Kanjoalolo Kangunga Kiasampalakanua, do Processo Criminal, processo nº 0027135-18.2013.8.05.0001, no 2º Juizado Especial Criminal - Largo do Tanque.

Atendimento ao Terreiro Ilé Axé Torrun Gunan com vistas a revisar o Estatuto, ata e ofício a partir da orientação do Cartório.

Atendimento ao Terreiro Unzo Mean Ríá Kaiaia, associação Casa das Águas tradição Angola Kongo. Foi elaborado estatuto, ata e ofício para registro em Cartório, o qual solicitou algumas alterações.

Atendimento a Associação Arte Brasil Capoeira para elaboração de estatuto, ata e ofício para registro em Cartório.

Atendimento ao Terreiro Ilé Asé Ode Omi Layo para elaboração de

estatuto, ata e ofício para registro em Cartório.

Atendimento ao Terreiro Ilé Axe Omo Dã Oya para dirimir dúvidas sobre uma possível Ação de Despejo que o inquilino pretende mover. Foi sugerido diálogo para acordo e tentativa de compra do terreno para manter o terreiro no local.

Atendimento ao Terreiro localizado no bairro de Beiru/ Tancredo Neves para elaboração de estatuto, ata e ofício para registro em Cartório.

Atendimento a Associação Casa de Bonecos de Itacaré para análise de documentação de cessão do terreno; e do estatuto, a fim de garantir a Associação no local onde está. Há uma articulação do Poder Público para tirar a organização da sua localização por divergências políticas.

Atendimento a Associação OMI DUDU (Núcleo de Resgate e Preservação da Cultura Afro-brasileira) para análise da situação de processo no Tribunal de Contas, em razão de convênio firmado com o Estado da Bahia.

No mês de outubro, KOINONIA promoveu três encontros com os jovens do Arte Brasil Capoeira, nos quais o grupo participou de oficinas de formação sobre cidadania, direitos humanos e suas relações com a capoeira.

A série de encontros começou destacando o papel dessa manifestação cultural na luta e conquista de direitos da população negra. Houve também um vídeo-debate, a partir de um documentário que contou a história da capoeira, da escravidão e criminalização até os dias atuais, quando ela torna-se um patrimônio cultural que tem sido exportado.

Além da formação teórica, a juventude do Arte Brasil Capoeira realiza mensalmente oficinas de confecção de instrumentos, como berimbau, atabaque, e outros utilizados nas rodas.

Em novembro, os jovens capoeiristas foram ao Encontro com Jovens

de Terreiro, entre os dias 9 e 10, em Itacaranha, subúrbio ferroviário. Além de se apresentarem no evento, com direito a samba de roda, eles puderam participar das palestras e oficinas temáticas.

Ainda em novembro, o Arte Brasil Capoeira e KOINONIA realizaram a Semana da Consciência negra. Na programação a exposição Salvador Negro Amor, banners dos jovens, palestra sobre Identidade Negra e Auto Estima e uma sessão do Cine capoeira Arte Brasil com o filme Besouro. Pra finalizar, uma palestra sobre as Influências da África no cotidiano, acompanhada de um coquetel afro-brasileiro.

Em dezembro, celebramos o encerramento das atividades, com entrega de certificados com os nomes de batismo de cada jovem. No mesmo

mês, foi realizado um intercâmbio no município de Glória com o objetivo de avaliar 2013 e pensar ações para 2014.

Em janeiro, Koinonia e o Arte Brasil Capoeira trocaram ideias sobre os novos projetos para 2014. Em fevereiro, foi feito um novo intercâmbio. Dessa vez na cidade de Delmiro Gouveia (AL), visando criar uma agenda para 2014, que pudesse articular ações entre os municípios de Salvador (BA), Paulo Afonso (BA) e Delmiro Gouveia (AL).

Em Abril, o grupo deve começar a trabalhar o tema “Mulher na Capoeira” e, em Maio, “Saúde”.

Também é bom lembrar que teremos o II Encontro de Jovens de Terreiro, entre 6 e 8 de junho, no Centro de Treinamento de Lideranças (CTL), em Itapuã.

Ações no baixo sul da Bahia

Fortalecendo a Luta das quilombolas pelo fim da violência contra a mulher

KOINONIA segue presente na região do baixo sul da Bahia, prestando assessoria a comunidades quilombolas e lutando ao lado delas pela garantia de seus direitos. Este ano, atuaremos principalmente com as quilombolas no enfrentamento à violência contra a mulher. Paralelamente, com esse mesmo público, temos investido na criação de formas de desenvolvimento da autonomia financeira, por meio do projeto *Protagonismo das Mulheres Quilombolas*. A partir dessa iniciativa será formado um grupo de multiplicadoras que atuarão em seus respectivos municípios e comunidades, promovendo debates e palestras de sensibilização e informação sobre igualdade de gênero. O projeto também dará origem a uma série de materiais sobre legislação, instrumentos e mecanismos de defesa, além de outros temas vinculados ao enfrentamento

da violência contra a mulher. Este conjunto de ações visa ainda apoiar a articulação de mulheres do baixo sul -- rede que vem atuando em parceria com as organizações e sindicatos pela defesa dos direitos das mulheres da região.

A atenção quanto à questão da violência contra a mulher quilombola, entretanto, não impede que continuemos a assessorar suas comunidades -- como historicamente temos feito -- nos processos de regularização dos territórios, defesa e promoção de direitos e políticas públicas específicas para quilombolas, bem como no fomento ao debate público sobre questões trazidas pelas comunidades e seus coletivos. Nesse sentido, destaca-se ainda o nosso sempre renovado compromisso de dar visibilidade às pautas do movimento quilombola por meio de nossos veículos de comu-

nicação, principalmente pelo OQ -- Observatório Quilombola ([koinonia.org.br/oq/](http://www.koinonia.org.br/oq/)).

Falando no tema visibilidade quilombola, vale conferir os quatro vídeos feitos durante a Feira Agroecológica das Mulheres, realizada em novembro do ano passado, na região do baixo sul da Bahia. Os filmes, além de registrarem o evento, trazem depoimentos de mulheres sobre situações de violência vivenciada por elas, mas também falas positivamente emocionantes, como a da agricultora Virgínia Santos, a Dona Moça, sobre sua religiosidade; ou a trajetória de Marilene Silva Santos, presidente do Sindicato de Trabalhadoras Rurais de Camamu (BA). Os vídeos estão disponíveis no site de KOINONIA (<http://www.koinonia.org.br>) e no site do Observatório Quilombola.

Racismo ambiental e seus efeitos de naturalização da injustiça

No Brasil, são dois negros para cada branco vivendo em locais com esgoto a céu aberto. Mesmo assim racismo ambiental não é tema de políticas

No Brasil, são dois negros para cada branco vivendo em locais com esgoto a céu aberto. Mesmo assim racismo ambiental não é tema de políticas

Os problemas ambientais dizem respeito a toda a humanidade. Mas isto quer dizer eles atingem todo mundo da mesma forma? Isto é, expressões como “aquecimento global”, “catástrofes climáticas” ou “buraco na camada de ozônio” -- todas relacionadas à crise ambiental -- falam de prejuízos iguais para todos os habitantes do planeta, não importando, por exemplo, qual o território que ocupam e sua origem étnico-racial? Sem dúvida, a natureza -- e o homem, que é parte dela -- tem sofrido estragos. Mas esses danos são mesmo tão democráticos?

Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), divulgado em 2012, mais de 600 milhões de pessoas ficarão sem água potável até 2015 e cerca de 2,5 bilhões não terão acesso a saneamento básico. Dossiês que denunciam e fazem projeções desse tipo volta e meia reaparecem na mídia. Menos frequente, nesse caso, é a questão sobre quem desfrutará do privilégio de ter água para beber e saneamento básico no próximo ano. A água é apenas um exemplo de recurso natural escasso que em dado momento foi patrimonializado, ou seja, transformou-se num bem particular que pode ser comprado por um número limitado de pessoas que pode pagar por ele.

A destruição das fontes de recursos naturais que prejudica e continuará prejudicando bilhões de pessoas ao redor do mundo não é fruto pura e simplesmente de falta de sensibilidade ou estupidez da espécie humana -- que, aliás, também conta com gente que quer superar essa forma insustentável de se lidar com a natureza. A falta d'água, assim como outras consequências da crise ambiental pela qual passamos, deve-se em parte aos que lucram com a exploração deste bem e em parte aos governos incapazes de desenvolver políticas que diminuam os danos para as populações mais diretamente impactadas.

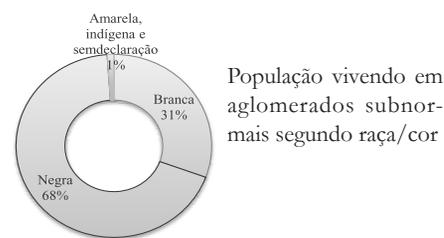
Pois se as consequências dos problemas ambientais se distribuem de forma injusta, é por meio de políticas que um país garante justiça ambiental a todos os seus cidadãos. Assim, um Estado é capaz de assegurar que nenhum grupo (étnico-racial, cultural ou de classe) tenha que aguentar consequências extremas dos problemas ambientais.

No Brasil...

O Brasil é um país onde predomina a injustiça ambiental. Segundo dados do Censo 2010 do IBGE, a quantidade de negros vivendo no que o instituto chama de “aglomerados subnormais” (favelas) é o dobro do número de brancos. Os negros também são 19% mais que os brancos entre a população vivendo em locais onde o lixo habitualmente se acumula nas ruas.

Também são o dobro dos brancos considerando os brasileiros que moram em lugares com esgoto a céu aberto.

População brasileira residindo em “aglomerados subnormais” segundo raça/cor*	
Branca	3.493.423
Negra	7.806.572
Amarela	103.227
Indígena	22.314
Sem declaração	108



Tudo isso deixa a população negra mais exposta aos riscos ambientais, os quais tendem a impactar suas condições de vida e saúde. Em outras palavras, este grupo está propenso adoecer mais e viver menos. A isso damos o nome de racismo ambiental: quando ações ou omissões envolvendo o meio ambiente atingem especificamente determinados grupos raciais, mesmo que as intenções que motivaram tais ações não tenham sido abertamente racistas. Essa face da discriminação, ao mesmo tempo, gera um efeito de naturalização dos seus prejuízos. Isto é, faz com que a culpa por este tipo de situação seja atribuída à população que mais sofre com ela ou a ninguém, por meio do discurso de que doença e morte não escolhem classe nem cor.

População vivendo em locais onde o lixo se acumula nos logradouros*	
Branca	3.212.058
Negra	4.773.450
Amarela	83.112
Indígena	20.202
Sem declaração	108



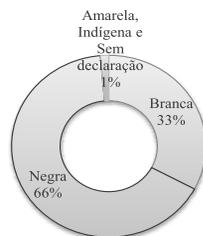
Pessoas vivendo em locais em que o lixo se acumula nas ruas segundo raça/cor

Em nosso país, entre as populações mais atingidas e culpabilizadas pelos efeitos de naturalização do racismo ambiental estão os remanescentes quilombolas. Como os moradores de favelas nos meios urbanos, nos meios rurais, os povos tradicionais têm sido vistos como obstáculos no caminho do atual modelo de desenvolvimento. Nas políticas públicas, a falta de reconhecimento do racismo ambiental (que é mais um de seus efeitos de naturalização) aprofunda a injustiça ambiental experimentada por essas populações.

Segundo relatório do programa Brasil Quilombola, divulgado pelo governo federal em 2013, quase 75% dos quilombolas vivem em situação de extrema pobreza. A

esmagadora maioria deles (99%) não tem titulação das terras que ocupam. Sem esse documento é impossível o acesso aos programas de apoio à agricultura familiar, principal fonte de sustento dessas comunidades.

Raça/Cor	Quantidade
Branca	6.105.125
Negra	12.252.523
Amarela	204.756
Indígena	50.998
Sem declaração	208



Pessoas que vivem em local com esgoto a céu aberto segundo raça/cor

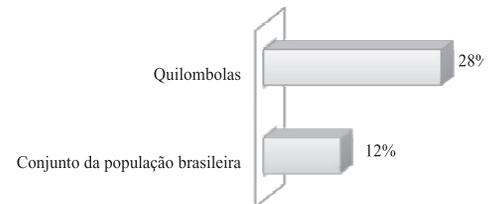
* Fonte: IBGE

* Moradores em domicílios particulares permanentes em áreas urbanas com ordenamento regular (Pessoas)

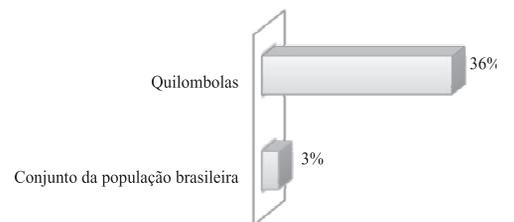
O Estado brasileiro criou políticas, como o Estatuto da Igualdade Racial, e assinou tratados internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) se comprometendo com medidas que

contribuem para o enfrentamento do racismo ambiental. Entretanto, não existe política especificamente voltada para este fim, demonstrando a omissão das instituições brasileiras em relação ao problema e suas raízes.

Existência de esgoto a céu aberto



População vivendo sem banheiro



Fonte: IBGE/SEPPPIR

por Thiago Ansel
Jornalista de KOINONIA

O QUE DIZEM AS LEGISLAÇÕES E POLÍTICAS

Estatuto da Igualdade Racial (LEI Nº 12.288, de 20 de julho de 2010)

Parágrafo único do capítulo I, “Do direito à saúde” - Os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos serão beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde, incluindo melhorias nas condições ambientais, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde.

Art. 32. - O Poder Executivo federal elaborará e desenvolverá políticas públicas especiais voltadas para o desenvolvimento sustentável dos remanescentes das comunidades dos quilombos, respeitando as tradições de

proteção ambiental das comunidades.
Art. 35. - O poder público garantirá a implementação de políticas públicas para assegurar o direito à moradia adequada da população negra que vive em favelas, cortiços, áreas urbanas subutilizadas, degradadas ou em processo de degradação, a fim de reintegrá-las à dinâmica urbana e promover melhorias no ambiente e na qualidade de vida.

Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (DECRETO Nº 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004)

Art7º

3. Os governos deverão zelar para que, sempre que for possível, sejam efetuados estudos junto aos povos

interessados com o objetivo de se avaliar a incidência social, espiritual e cultural e sobre o meio ambiente que as atividades de desenvolvimento, previstas, possam ter sobre esses povos. Os resultados desses estudos deverão ser considerados como critérios fundamentais para a execução das atividades mencionadas.

4. Os governos deverão adotar medidas em cooperação com os povos interessados para proteger e preservar o meio ambiente dos territórios que eles habitam.

Agenda Social Quilombola do Programa Brasil Quilombola (DECRETO Nº 6.261, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2007)

Não menciona meio ambiente.

TODO DIA DEVERIA SER 21 DE JANEIRO



Feira Agroecologica das Mulheres nov/2013 - Camamu-BA

Integrantes do Comitê de Diversidade Religiosa são nomeados

O Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, registrou, no último ano, 231 denúncias sobre discriminação religiosa. Brasília – O Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, registrou, no último ano, 231 denúncias sobre discriminação religiosa. Com base nesses números, a secretaria criou o Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa. Foram nomeados 20 representantes, sendo dez suplentes e dez titulares, para debater garantias à liberdade religiosa.

A ministra Maria do Rosário enfatizou a importância de se preservar as várias religiões no Brasil como um traço cultural. “O Brasil tem que cuidar disso porque é um aspecto positivo que o nosso país tem. A religiosidade, e também o direito de não exercer religião, tem que ser visto como um direito humano essencial”.

O comitê não é composto por representantes de religiões, e sim por estudiosos da religiosidade. “Não cabe ao Estado dizer qual religiôsi-

dade é oficial e qual não é”, explicou a ministra. Segundo ela, embora cada membro tenha sua religião, os critérios de participação no grupo não foi baseado na fé de cada um. O objetivo era agregar pessoas que tivessem capacidade de diálogo com diferentes crenças para estimular uma integração. **FONTE:** Agência Brasil em 26/02/2014

Ecumenismo contra intolerância religiosa

Por: Franco Adailton

Para marcar o aniversário de dez anos da Lei Municipal 6.474/2004, adeptos de diferentes doutrinas e credos se reuniram nesta terça-feira, 21, na Reitoria da Universidade Federal da Bahia, no Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa.

Representantes do candomblé, do catolicismo, do espiritismo, do protestantismo e de outros segmentos dividiram o mesmo espaço com o cantor Gerônimo e as cantoras Margareth Menezes, Carla Visi e Márcia Short.

A data marca o dia do falecimento da ialorixá Gildásia dos Santos, conhecida como mãe Gilda de Ogum, cujos problemas de saúde foram agravados

após ter sua foto publicada no jornal Folha Universal, da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), sob acusação de charlatanismo.

FONTE: Portal A Tarde em 22/01/2014

Juazeiro exige liberdade religiosa

Integrantes de religiões de matriz africana pedem liberdade de culto nas ruas deste município, considerado uma referência na religiosidade em todo Brasil. Com mensagens de paz e pedindo a tolerância entre as religiões, cerca de duas mil pessoas saíram às ruas de Juazeiro do Norte, em cortejo durante a V Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa.

Mais informações:

Organização não governamental Ilê Axé OmindandereciMutalegi
Rua Capitão Coimbra, 1094
Bairro João Cabral
Telefone: (88) 3571.3947

FONTE: Diário do Nordeste em 10/02/2014

Templos, igrejas e terreiros disputam espaços; religiosos convivem com racismo e homofobia

O primeiro dia de culto de uma igreja evangélica ao lado de um terreiro de candomblé, no bairro Cuiá, em João Pessoa, terminou em caso de polícia, com denúncias de intolerância religiosa, racismo, homofobia e ameaça de morte.

Fazer o bem é o que pregam todas as religiões. Mas é justamente em nome da fé que seguidores de diversas crenças promovem uma “guerra santa” e, ao invés de amor ao próximo, geram discórdia, preconceito e violência. Para líderes das igrejas católica e evangélica, e das religiões espírita e afro-brasileiras, os ataques partem de uma fé clandestina, exercida por seguidores despreparados ou ‘falsos profetas’ que deturpam o verdadeiro significado de cada crença. No Estado, a fé se discute entre os 94% que possuem religião e os 5,6% que não

são religiosos, são ateus ou agnósticos.

FONTE: Portal Correio em 16/02/2014

Exposição relembra seis anos da Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa

Por: Paulo Virgílio

As imagens das seis edições da Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, evento que ocorre anualmente desde 2008 na orla de Copacabana, podem ser vistas na exposição Caminhando a Gente se Entende, aberta hoje (13) no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A inauguração da mostra, às 18h, foi seguida de uma mesa sobre o tema Estado Laico e Liberdade Religiosa.

A caminhada, que em sua última edição, em setembro do ano passado, reuniu milhares de pessoas, é promovida pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), presidida pelo babalô Ivanir dos Santos. Aberto a todas as religiões, o evento tem como princípio a defesa do estado democrático e laico, no qual deve ser respeitado o espaço de todos.

“Nossa finalidade é estancar de vez a intolerância que existe em nosso país”, disse a fundadora da CCIR, Fátima Damas, uma das participantes do debate. Segundo ela, o apoio da mídia ao movimento é fundamental, “para que possamos difundir esse conhecimento ao máximo de pessoas”.

Na mostra são exibidos trabalhos de fotógrafos que trabalham com a CCIR desde a primeira marcha. As imagens foram reunidas em um livro com o mesmo nome da exposição.

A mostra, com entrada franca, poderá ser vista até 7 de março, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h. O IFCS da UFRJ fica no Largo de São Francisco, 1, no centro do Rio.

FONTE: Portal EBC em 13/02/2104

SEDS DH fortalece ações contra à Intolerância Religiosa

Os seguidores do candomblé, umbanda e jurema buscam maior aplicabilidade nas Leis 10.639 e 11.645. O secretário estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Bernardo D’Almeida, recebeu na sexta-feira (07), a Iyalorixá Mãe Elza de Yemoja e Marcos Pereira, coordenador da Caminhada dos Terreiros de Pernambuco. No encontro, Mãe Elza falou para o gestor da caminhada que ocorrerá em novembro de 2014. Segundo ela, os seguidores do candomblé, umbanda e jurema foram às ruas, no ano passado, com o objetivo de pedir a aplicabilidade das Leis 10.639 e 11.645, que obriga o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas do Estado. Ela ressaltou ainda que o evento abre o mês da consciência negra em Pernambuco. “Nesse momento que nós chamamos atenção da sociedade, mostrando que a religião dos orixás é a primeira religião da humanidade, reafirmando a luta contra a intolerância religiosa, além de lembrar que os terreiros também devem fazer parte do calendário turístico pernambucano”, destacou. Para Bernardo D’Almeida, a ação faz parte da mobilização contra o preconceito religioso, uma vez que a luta vem desde o passado com a chegada do povo negro da África. “De acordo com estimativas, só no

Grande Recife existem mais de 2 mil terreiros de matriz africana”.

FONTE: cidadeamil.com.br em 10/02/2014

Internacional

Mississippi aprova projeto de lei que restaura a liberdade religiosa

Nova lei prevê que governos não poderão colocar carga substancial em práticas religiosas

Os Legisladores de Mississippi, nos Estados Unidos, estão tomando medidas adicionais para proteger a liberdade religiosa no estado.

Na última terça-feira, a Câmara dos Deputados e do Senado aprovou a lei de restauração da liberdade religiosa. O projeto de lei prevê que os governos não podem colocar uma carga substancial em práticas religiosas.

Os partidos consideram que é uma vitória para a proteção da liberdade religiosa. “Esta é uma vitória para a Primeira Emenda e o direito de viver e trabalhar de acordo com sua consciência”, disse Tony Perkins, presidente do “Conselho de Pesquisa da Família”.

“Esta medida de bom senso era uma obviedade para a liberdade, e com o federal (Religious Freedom Restoration Act), que simplesmente proíbe a discriminação governamental contra exercício religioso”, continuou ele.

“O Legislativo aprovou um projeto de lei que estabelece que os indivíduos não precisam negociar sua liberdade religiosa para entrar no comércio público”, disse ele. O projeto de lei também acrescentou “In God We Trust” (“em Deus confiamos”, em tradução livre), ao selo do estado.

FONTE: Mundo Cristiano em 03/04/2014



O escritório de KOINONIA é na Travessa d’Ajuda, Edif. Martins Catarino, Sala 705, Centro - (BA)
Tel: (71) 3266-3480.

Funcionamos de segunda à sexta. Atendemos assuntos referentes à Juventude segundas, quartas e sextas de 9h à 12h.
Assessoria jurídica: quintas e sextas à tarde.

Para visitas ao escritório ou visitas nas casas ligue e agende.

Acesse www.koinonia.org.br

Conheça o Observatório Quilombola www.koinonia.org.br/oq

Curta a página de KOINONIA no **Facebook:** www.facebook.com/koinoniapes

Este informativo é produzido pelo Programa Egbé Territórios Negros de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Dirigido às comunidades negras urbanas de Candomblé e às redes de solidariedade civil e ecumênica.

EDITORIA:

Ana Gualberto e Rafael Soares de Oliveira

REDAÇÃO DE ATIVIDADES:

Equipes KOINONIA

DIRETOR EXECUTIVO DE KOINONIA:

Rafael Soares de Oliveira

REVISÃO:

Thiago Ansel

PROJETO GRÁFICO:

Martha Braga

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:

Welder Marques dos Santos

IMPRESSÃO:

Fast Design

FOTOS:

Acervo KOINONIA

TIRAGEM:

1.500



Travessa d' Ajuda, Edif. Martins
Catarino, Sala 705, Centro.
CEP. 40.050-120, Salvador-Bahia.
Tel.: (71) 3266-3480
projetoegbesalvador@koinonia.org.br
Rua Santo Amaro, 129 Glória
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Tel (21) 3042-6445
Fax (21) 3042-6398
koinonia@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br

E-mail: falaegbe@koinonia.org.br

ISSN: 1981-7568

PARCEIROS

United Church of Canada (UCC)



CHURCH WORLD SERVICE



NORWEGIAN CHURCH AID

**COMUNIDADES ATENDIDAS****COMUNIDADES DE TERREIROS**

RA I Centro: Ilê Erinlé Axé Odé Ifeolá; **RA Itapagipe:** Ilê Axé Airá Omim, Ilê Axé Odé Lomin Infan, Ilê Axé Ogum Ladê Iyá Omim, Ilê Axé Omin Leuá, Ilê Iyá Osshum, Terreiro de Oxum do Caminho de Areia; **RA III São Cactano:** Ilê Axé Idanjeuê, Ilê Axé Obá Inan, Ilê Axé Opó Ibu Alama, Terreiro Ogun Tundê; **RA IV Liberdade:** Ilê Axé Omin Amboke, Ilê Axé Ewá Omin Nirê, Ilê Axé Iroko Sun, Terreiro Ajagunan, Terreiro do Vodunzô, Terreiro Kanzo Mucambo, Terreiro de Oxalá; **RA V Brotas:** Axé Abassá de Amaze, Centro do Caboclo Boiadeiro, Centro do Caboclo Oxossi Talami, Centro Matamba de Onato, Ilê Axé Ewé, Ilê Axé Jifulú, Ilê Axé Jualê, Ilê Axé Oluwayê Dey'I, Ilê Axé Oyá Tunjá, Ilê Axé Omin Afonjá Rode, Nzó Mdemboa – Kenã, Ilê Axé Omin Ode Azoani, Terreiro Oxossi Caçador, Terreiro Unzô Awziidi Junçara, Tuumba Junçara, Tuumbalagi Junçara, Unzô Dandamutalê, Unzo Katende Dandalunda, **RA VII Rio Vermelho:** Ilê Axé Achê Ibá Ogum, Ilê Axé Alarabedê, Ilê Axé Iyá Nassô Oká, Ilê Axé Obá Nirê, Ilê Axé Obá Tadê Patiti Obá, Ilê Axé Omin Deuá, Ilê Axé Onirê Ojuirê, Ilê Axé Oyó Bomim, Ilê Axé Obá Tony, Ilê Obá do Cobre, Ilê Oxumaré, Ilê Axé Oyá Omin Denan, Tanuri Junsara, Ilê Axé Centro de Angola Mensageiro da Luz, Terreiro do Bogum, Terreiro Ogum de Cariri – Kilombo **RA IX Boca do Rio:** Ilê Axé Araka Togum, Ilê Logum Edê Alakaí Koissan, Terreiro Onipó Neto, **RA X Itapuã:** Axé Abassá de Ogum, Axé Tony Sholayó, Ilê Axé Osun Yinká, Ilê Axé Ominader, Ilê Axé Yeye Jimum, Terreiro Aloia, Terreiro Caboclo Itapuã, Terreiro Oxossi Mutalamô, Terreiro de Oxum da Lagoa do Abaeté, Viva Deus Neto, Terreiro Viva Deus Bisneto, Ilê Axé Ibá Aqueran, Terreiro Gurebetã Gome Sogboadã, Terreiro Monaleuci Um'Gunzo de Un'zambi, **RA XI Cabula:** Ilê Axé Opó Afonjá, Ilê Axé Tunadeni, Terreiro Sultão das Matas, Unzô Bakisê Sasaganzuá Gongara Caiango, Unzô Ngunzo Kwa Kayango, Viva Deus Filho, Ylê Yá Yalodeidê, **RA XII Tancredo Neves:** Ilê Axé Gezubum, Ilê Axé Jagun Bomim, Ilê Axé Lofan Demim, Ilê Axé Obá Fangy, Ilê Axé Olufan Anancidê Omin, Ilê Axé Omin Alaxé, Ilê Axé Omin Togun, Ilê Axé Oyá Omin Olorum, Ilê Axé Pondamim Bominfá, Terreiro de Boiadeiro, Terreiro do Bate-Folha, Terreiro Olufonjá, Terreiro São Roque, Terreiro Sete Flechas, Terreiro Tumbenci, **RA XIII Pau da Lima:** Funzô Temim, Ilê Omu Keta Posu Beta, **RA XIV Cajazeiras:** Ilê Axé Layê Lubo, Ilê Axé Omim J'Obá, Ilê Axé Omin Lonan, Ilê Axé Omin Nita, Ilê Axé Onijá, Terreiro Junçara Kondirê, Unzô de Kaiango, Manso Bandun Kuekie de Inkinansaba Filho, Manso Dandalungua Cocuazenza, Manso Dandoqüenque Dunkinisaba Filho, Moitumba Junçara, Nzo Sassa Ganzuá Mono Guiamaze, Terreiro Vintém de Prata, Ilê Axé Ogum Omimkayê, **RA XVI Valéria:** Ilê Axé de Ogunjá, Ilê Axé Omim Funkó, Ilê Axé Olo Omin, Ilê Jêje Dahomé Imburací, **RA XVII Subúrbios Ferroviários:** Onzô de Angorô, Grupo das Sacerdotisas e Sacerdotes do Axé, Ilê Axé Oyá Deji, Ilê Axé Oba Furikan, Ilê Axé Acorô Genã, Ilê Geleuá, Ilê Axé Loyia, Ilê Axé Ogum Alakaiyê, Ilê Axé Anandeyi, Ilê Axé Flor da Mirtália, Ilê Axé Gitolobi, Ilê Axé Jagun, Ilê Axé Jfokan, Ilê Axé Kalé Bokum, Ilê Axé Obá Omo, Ilê Axé Odé Tolá, Ilê Axé Omi Euá, Ilê Axé Omin Loyá, Ilê Axé Unzô Mona de Amean, Ilê Olorum Axé Giocan, Luandan Jucia, Terreiro Caboclo Catimboiá, Terreiro Gidenirê, Terreiro Mucundeuá, Terreiro de Nana, Ilê Axé Arin Massun, Ilê Axé Giroqueme, **RA XVIII Ilhas:** Ilê Axé Airá, **Região Metropolitana de Salvador:** Ilê Ala Axé, Ilê Axé Burukam Ajunsun, Ilê Axé Maa Axé Ni Odé, Ilê Axé Gum Tacum Wseré, Ilê Axé Jesidea, Ilê Axé Oba Nã, Ilê Axé Ofá Omin, Ilê Axé Omim Lessy, Ilê Axé Ondô Nirê, Ilê Axé Opó Olú-Odé Alayedaá, Ilê Axé Oyá, Ilê Axé Odé Obá Lodê, Ilê Axé Odé G'mim, Ilê Axé Taoyá Loni, Ilê Axé Dan Seji Olá, Ilê Axé Bokum, Ilê Axé Igbonan, Sindirátukuá Filha, Terreiro Angurusena Bya Nzambi, Terreiro de Jauá, Terreiro Filhos de Ogunjá, Terreiro Kawizidi Junçara, Terreiro São Bento, Tuumbaengongonsara, Unzô Tateto Lemba, Ilê Axé Alafumbí, Ilê Axé Awon Funfun, / Ilê Axé Ojunilê Chapaná, Ilê Axé Ogum Mejê, Ilê Axé Julosum Oju Omim, Ilê Axé Ode Oman, Centro Umbandista Paz e Justiça, Terreiro Vence Tudo, Terreiro Nzo Tata Nsuuumbu, Ilê Axé Ejiigg Faleji, Unzô Kunã Lembe N'kossi, Terreiro de Guiaiba, Ilê Axé Ogum Dey, Ilê Axé Oba Inallê Axé Ofá Omin, Ilê Axé Omim Anibé Nirê, Terreiro Águas de Efan **Itabuna:** Ilê Axé Obé Fará Ogum Lonan, Centro de Candomblé Santa Bárbara, Ilê Axé Ijobá Oxumaré-Yewá, **Araci:** Ilê Axé Jitolobi, **Cachoeira:** Ilê Axé Kayó Alaketu, **São Francisco do Conde:** Ilê Axé Osum Made; **Muritiba:** Ilê Axé Obá Nijó Omim, **Rio de Contas:** Terreiro Afoxé dos Orixás, **Ilhéus:** Terreiro de Ilhéus, Terreiro Matamba Tombeçy, **Mata de São João:** Terreiro de Praia do Forte, **São Sebastião:** Terreiro de São Sebastião.

COMUNIDADE NEGRAS RURAIS E REMANESCENTES DE QUILOMBO DOS MUNICÍPIOS DE CAMAMU, IGRAPIUNA, ITUBERÁ, NILO PEÇANHA E MARAÚ

PARCEIROS EM CAMPO: SASOP, STR-Camamu e Conselho Quilombola do baixo sul da Bahia.

PATROCÍNIO**PETROBRAS**